

Econ. Brasil

## Mais um congelamento?

O governo, no seu afã de contra-atacar a demanda, já pensa em reforçar suas baterias com nova arma: o congelamento do saldo dos créditos bancários, com exceção daqueles dirigidos ao financiamento do comércio externo e da agropecuária. Os banqueiros, por sua vez, enxergam nesse propósito uma estatização do crédito, argumento que, a nosso ver, não é fundamental. Na verdade, nada mais será que uma medida inócua, porquanto, mais uma vez, passa o Planalto ao largo da questão.

Ao assumir a pasta da Fazenda, era o ministro Mailson da Nóbrega feroz adversário do congelamento. Lamentamos que tenha ele mudado de opinião e não reconheça, depois do sobrestamento dos preços e salários que incluiu no Plano Verão, que tal política vem contribuindo apenas para a maior escalada tanto de uns quanto dos outros. O congelamento de preços cria o desabastecimento, isto é, condições favoráveis ao surgimento do ágio, levando simultaneamente todos aqueles que dispõem de margem de li-

berdade (e são numerosos) a procurar sempre incluir nos seus preços uma margem de segurança, precavendo-se contra um eventual retorno da medida. No caso dos salários, uma análise criteriosa leva à conclusão de que o congelamento foi um estímulo à solicitação de aumentos maiores, ao tomar-se por base um índice "político", o de janeiro, em que o IPC teve um vetor...

Agora, pretende o governo recorrer a mais um congelamento (o do saldo dos créditos bancários), que só contribuirá para irritar as instituições financeiras, sem exercer efeito algum sobre o volume da demanda. Os bancos gostariam — e trata-se de uma reivindicação normal — de trabalhar num regime de liberdade em que a alocação dos recursos se fizesse em função da lei do mercado, superando realisticamente, com maior proveito, um intervencionismo estatal que falseia a situação, cria privilégios e é totalmente ineficiente.

Poder-se-ia admitir essa intervenção estatal, desde que pudesse oferecer bons resultados.

Nessa impossibilidade, somente contribuirá para uma elevação dos preços, sem nenhum benefício à economia nacional. Antes de adotar tal medida, deveriam as autoridades monetárias conversar com empresários, industriais e banqueiros, para bem inteirar-se da situação atual. Com efeito, hoje, o crédito é muito exiguo, pela simples razão de que, ante taxas de juros tão elevadas, as empresas não o solicitam, a não ser para operações de curtíssimo prazo. Na realidade, as empresas preferem nestes dias lançar mão dos seus recursos particulares para atuar como banqueiros dos seus próprios negócios, achando tal aplicação superior a qualquer outra, sem chegar porém a empreender operações de longo prazo. Pode-se prever, assim, que o crédito que alimenta a demanda não será reduzido pelo pretendido congelamento dos empréstimos bancários por 90 dias. Apenas escapará um pouco mais do que agora ao controle das autoridades.

A aprovação da medida envolve, todavia, um risco maior: os bancos, naturalmente, não emitirão títulos para captar recursos,

se não puderem ampliar o volume dos seus créditos. Ficarão mais recursos, portanto, fora do mercado controlado. Parte deles servirá para alimentar os créditos internos das empresas (sem contudo reduzir as taxas de juros), sobrando, porém, para fortalecer as operações especulativas como a compra de ouro e de dólares, nas quais somente a demanda aumentará, sem correspondente crescimento da oferta.

Deve o governo convencer-se de que o único meio de controlar a demanda não é contingenciar o crédito, mas sim reprimir a emissão de papel-moeda, que está crescendo assustadoramente. Desde que não consiga controlar tal expansão monetária, será melhor que desista de tentar reduzir a demanda, e permita o livre jogo do mercado, que exercerá um papel regulador. Haverá então maior transparência e melhor direcionamento do crédito. Intervenções intempestivas podem concorrer apenas para agravar as pressões inflacionistas, sem exercer efeito algum sobre a demanda.